

[Escreva texto]



Seminário MULHERES, CIDADES E TERRITÓRIOS - TOUR EUROPEIA DE BOAS PRÁTICAS, 30 de Setembro de 2016, PPDM.

Em primeiro queria, em nome da Sra. Presidente da CIG, Teresa Fragoso, agradecer à PPDM (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, o convite que lhe foi endereçado para estar presente no encerramento deste Seminário MULHERES, CIDADES E TERRITÓRIOS - TOUR EUROPEIA DE BOAS PRÁTICAS.

Agradecer a todas e todos os intervenientes e, em particular à Sra. Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Catarina Marcelino, que fez a abertura deste Seminário.

Saudar também as minhas companheiras de mesa Margarida Medina Martins, da AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência, em representação de Alexandra Silva – Presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e Françoise Morvan – Presidente da Coordenação Francesa do Lobby Europeu das Mulheres.

Destacar o sentido de oportunidade deste Seminário, que decorre, escassos dias antes da Conferência 3.^a Conferência das Nações Unidas sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a ter lugar em Quito, no Equador, nos próximos dias 17-20 Outubro de 2016.

O Habitat III e a Nova Agenda Urbana daí resultante deverão ser uma das pedras angulares da implementação dos novos quadros multilaterais, que foram acordados anteriormente, em 2015: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Programa de Ação de Adis Abeba, sobre cooperação e parceria global, o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas e o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes.

O desenvolvimento urbano sustentável é essencial no actual contexto sociopolítico. As sociedades modernas são confrontadas à escala mundial, pelos desafios da globalização económica, das alterações climáticas, dos movimentos migratórios internacionais

e pelo aumento da concentração da população mundial em áreas urbanas, como demonstra o relatório da ONU, “Perspectivas da Urbanização Mundial” (World Urbanization Prospects), onde se pode ler que, 54% da população mundial vive em áreas urbanas, uma proporção que se estima venha a aumentar para 66% em 2050. Este quadro “multidesafiador” de transformações globais, demonstra claramente que a população mundial diga-se, os homens e as mulheres, serão seguramente afectados por estas mudanças. Não serão, no entanto, todos e todas afectados da mesma maneira.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com os seus 17 objectivos e 169 metas, demonstram a escala e a ambição desta nova agenda mundial. Os ODS visam construir a partir dos resultados dos Objectivos do Milénio e completar aquilo que estes não alcançaram e têm o objectivo transversal de tornar os direitos humanos uma realidade para todos e todas e de alcançar a

igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e raparigas.

São particularmente relevantes, na perspectiva das mulheres, sociedade e território, os ODS 5, “alcançar a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e raparigas”; e o ODS 11 “tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.”

Se cruzarmos os 2 objectivos verificamos o óbvio, que as comunidades só podem ser inclusivas se estiver garantida a igualdade de género, no entanto como todas e todos sabemos, nem nos países mais desenvolvidos, nem mesmo naqueles que estão mais bem classificados no Índice de Desenvolvimento Humano existe, de facto, que não só na lei, uma efectiva igualdade de género. Temos de colocar a igualdade de género, não só no topo das prioridades da agenda política, mas também nas agendas pessoais de cada um e uma de nós, sob pena de

falharmos o objectivo da Agenda 2030, nos poucos mais de 10 anos que nos restam.

A igualdade de género é, no entanto, transversal a todos os ODS: fome, pobreza, Saúde, educação, acesso a água potável e saneamento, energia, trabalho e emprego, indústria e inovação, redução das desigualdades, produção e consumo sustentável, alterações climáticas, mar e recursos marinhos, ecologia, paz e justiça, enfim, não conseguimos enumerar uma área onde, qualquer e um e uma de nós aqui presentes, não consiga identificar um sem número de situações onde, o empoderamento das mulheres e raparigas não seja essencial.

Este seminário, MULHERES, CIDADES E TERRITÓRIOS, que ocorre num momento marcado pelas discussões nas Nações Unidas com vista à adopção de uma nova agenda urbana para os próximos vinte anos HABITAT III, é uma oportunidade para discutirmos e reavaliarmos a estratégia de territorialização das

políticas públicas em igualdade de género, que constituem aliás, uma das prioridades estratégicas da CIG.

A territorialização das políticas públicas é um factor chave na gestão eficiente dos processos de inclusão social. As autoridades locais são a principal matriz das organizações territoriais e desempenham um papel dinamizador da governação e do desenvolvimento local, em virtude da sua legitimidade democrática, da proximidade aos cidadãos e da capacidade de mobilização dos atores locais. É por isso que a CIG tem vindo, desde os anos 90 do séc. XX, a trabalhar, com especial enfoque, a área da cooperação regional e autárquica.

As razões que explicam esta orientação prendem-se com a certeza de que aqueles que trabalham sobre o território sabem que este pode apenas providenciar um ambiente seguro, saudável, inclusivo, comunicativo e sustentável se for sensível às necessidades e aspirações de toda a população, leia-se de homens e mulheres. O espaço condiciona fortemente o que as pessoas

podem fazer, como interagem e vivem nas suas comunidades e, por sua vez, é também moldado pela sociedade.

No desempenho das suas competências e atribuições, as Autarquias Locais concebem políticas e acções que afectam onde e como se vive, se fazem compras, se procura um serviço, se trabalha e passeia. Decisões que definem um território que não é neutro, pois contém o potencial de criar injustiças sociais através da segregação espacial. Estas decisões geram desigualdades que afectam mulheres e homens de diversas origens, idade, deficiência ou com diferente orientação sexual. É no reconhecimento das diferenças e das semelhanças entre os sexos nos seus papéis e ambições, que o território potencia a qualidade de vida das populações.

As cidades e os territórios devem ter em consideração as diferenças entre mulheres e homens no processo de planeamento, desde a recolha de informação, à implementação e avaliação de acções. Esta abordagem global e transversal implica um esforço

[Escreva texto]



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

Seminário MULHERES, CIDADES E TERRITÓRIOS - TOUR EUROPEIA DE BOAS PRÁTICAS, 30 de Setembro de 2016, PPDM.

de mobilização de todas as políticas. E implica favorecer a vida quotidiana e criar lugares que favoreçam a proximidade.

Termino com um exemplo sobre o lugar e a visibilidade das mulheres nas nossas cidades. Olhemos para o espaço público, para a toponímia, para os monumentos e para as estátuas e o que vemos é um espaço que se conjuga no masculino. São ruas e avenidas com nomes de homens, estátuas e praças centrais em homenagem ao génio masculino. Perguntamo-nos: Onde estão as mulheres? Se não estão na memória como é que se podem projectar no futuro?

Deixo-vos com este desafio.

Muito obrigado